



**AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES NA "CAPITAL DA VIOLÊNCIA":
RECIFE, ENTRE AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA DÉCADA DE 1990**

João Victor Braga de Souza

Universidade Federal Rural De Pernambuco - UFRPE

joao.souza.ufrpe@gmail.com

*É Macaxeira, Imbiribeira, Bom Pastor
É o Ibura, Ipsep, Torreão, Casa Amarela
Boa Viagem, Jenipapo, Bonifácio, Santo Amaro
Madalena, Boa Vista, Dois Irmãos
É Cais do Porto, é Caxangá, é Brasilit
É Beberibe, é CDU, Capibaribe, é o Centrão, eu falei...
(Chico Science & Nação Zumbi, 1994)*

Recife de alagados, Recife de rio, Recife de mar, Recife de pontes, Recife de mangue... A cidade poética posta em versos por João Cabral de Melo Neto, por Manuel Bandeira, cidade romantizada que é incrustada na lama, mas que nem só disso é feita. Recife composta por becos, vielas, morros, palafitas, casebres, favelas, opostas as grandes planícies ocupadas por torres empresariais, residenciais de luxo e de boa aparência estética ao modelo empreendido na contemporaneidade, que se misturam na paisagem ao ponto do céu não ser visto, edificando a cidade que recebe como alcunha “Capital do Nordeste”, então vem a questão, que capital estamos falando?

Que cidade é essa? O trecho da música acima de Chico Science, cita alguns dos bairros e comunidades do Recife, espaços esses complexos, com suas próprias dinâmicas e formas de organização. O historiador pernambucano, Dênis Bernardes em sua obra *Recife, o caranguejo e o viaduto*, de extrema importância para a historiografia do Recife, aponta que apesar da dificuldade de abordar as diferenças encontradas dentro desse espaço urbano, é inegável que não há uma homogeneidade em pensar o Recife e nem experienciá-lo cotidianamente. Segundo o autor:



Não existe nesse sentido, uma Cidade do Recife, mais várias, embora estas “várias cidades” – espaço sociais diferenciados – criem, por vezes, elementos de identificação comuns, que são espaços simbólicos, seja de atividades materiais, seja de atividades culturais simbólicos. (BERNARDES, 2013, p.153)

Bernardes, estará presente em boa parte do debate que será mobilizado no artigo, dada a falta de produções historiográficas que abordem o Recife contemporâneo, assim como a importância de sua obra. Ao falar dessas várias cidades que compõem a dinâmica social recifense, faremos posteriormente uma análise acerca da desigualdade territorial construída historicamente e que se materializa nas diversas negações e violações de direitos dos sujeitos que constroem e são construídos por essa cidade.

Desse modo, compreendemos a cidade como um espaço de circularidade de sujeitos, de processos, vontades e projetos, pensando na duplicidade que a acompanha, onde o sujeito constrói e é construído nessa dinâmica. Nesse aspecto, as cidades são disputadas diariamente, no jogo tocante as memórias que corroboram com símbolos e signos que são compartilhados ou esquecidos, sendo assim, tomamos o Recife como um espaço urbano com suas próprias dinâmicas políticas, econômicas e sociais, em que seus cidadãos constroem a cidade e são construídos por ela, atravessados por todos os marcadores do indivíduo e do coletivo.

O real e o imaginário edificam a dinâmica social, o Recife atravessado por tantas memórias que são valoradas como grandes feitos e marcas, também podem ser lidos de outra forma, o literato Italo Calvino possibilita que compreendamos as cidades de maneira não engendrada, ao afirmar na obra *As cidades invisíveis*:

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa [...] As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. (CALVINO, 1990, p. 44)



As questões que aqui trazemos e as suas respectivas respostas, terão como caminho um balanço historiográfico do Recife, onde é percebido a constante violação acometida sob os sujeitos das classes populares, da classe trabalhadora e consequentemente as filhas e filhos dessas famílias empobrecidas. Desta forma, o presente trabalho terá como objetivos debater os cenários que envolvem violação de direitos humanos durante o século XX no Recife, pensando especificamente na relação do Estado para com os infantes. Sendo a principal questão do trabalho, analisar qual o cenário que o Recife vivenciou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em uma década marcada pela violência urbana.

As infâncias e o Recife no transcurso do século XX: Diálogos historiográficos

Fazendo o diálogo com Dênis Bernardes, que afirma o Recife ser compostos por diversos recifes, a historiadora Zélia Gominho, aborda um aspecto importante sobre a moradia e forma de ocupação espaço, problematizando o termo cunhado de “Veneza Americana” x “mucambópolis”, tensionando a forma como o Recife abrigava os sujeitos recém chegados na cidade, oriundos do sertão e do agreste na década de 1930 e 1940, discutindo o aumento populacional¹ e a aglutinação dos mesmos em espaços que eram alvos do progresso, os mocambos.

Gominho, a partir de sua análise aponta as contradições que os cidadãos do Recife viviam na primeira metade do século XX, onde o projeto de modernização imposto era difundido como melhoria social, civilidade e progresso, aspectos esses que podem facilmente serem dissociados da realidade material dos sujeitos. O projeto de sociedade naquele momento, foi baseado em exclusão e negação de direitos básicos, assim, uma cidadania frágil, em um cenário de políticas higienistas, como a própria materialização do Código de Menores de 1927.

¹ A cidade do Recife, segundo Gominho, teve um aumento populacional entre 1931 – 1939, de pessoas vindas do interior do estado de Pernambuco, onde ela afirma que uma parte significativa morria na cidade por conta das condições de saúde em que se encontravam. Nessa década, o número de prédios e mocambos se equivaliam, passando dos vinte mil imóveis cada, sinalizando como a ocupação urbana era dividida, evidenciando a saga que o poder público se dispôs para demolir as moradias populares.



A leitura de cenário da criação do Código de Menores de 1927 é muito importante para compreender a importância dada a essa legislação na época, assim a década de 1920 vai ser marcada não só por grandes mudanças urbanísticas que se iniciaram nos anos anteriores pelas cidades brasileiras, as quais, Recife não ficou de fora, mas também há um movimento de organização do Estado brasileiro em busca de uma modernização, aos moldes do ideário burguês que ganhou cada vez mais espaços.

Essas mudanças urbanas que ocorrem nas cidades pelo Brasil, vão se ancorar no crescente entusiasmo da ideologia de higienização social e urbana segundo Chalhoub (1996), onde os projetos urbanísticos e as suas aplicações vão se pautar no discurso do progresso e da civilidade, acarretando na busca pelo fim dos mocambos, dos pensionatos e das estalagens, moradias ocupadas em sua grande parte por pessoas pobres e negras, boa parte sendo ex-cativos libertos ou descendentes de sujeitos que foram escravizados, momento em que é feita clara associação entre mocambos e desordem, retratado como espaço de imundice e degeneração.

Esse espaço outrora ocupado por famílias pobres, daria lugar ao que o historiador Flavio Weinstein Teixeira (1994) vai chamar de extraordinária riqueza e variedade que a modernidade vai trazer para o Recife, ruas mais largas, praças elegantes e iluminadas, entre outras mudanças significativas. De encontro a esse aspecto, ficam duas questões e reflexões a serem postas, onde essas famílias empobrecidas foram? E como as crianças viviam essa cidade? No decorrer do trabalho, buscaremos resolver essas perguntas, mas de antemão, é importante ressaltar que esse projeto de sociedade serviu para fomento das desigualdades na cidade.

Voltando as crianças e adolescentes, com o Código de Menores de 1927, as meninas e os meninos pobres, estavam sendo praticamente conduzidos a dois caminhos escolhidos pelo Estado a partir de 1927, um seria o trabalho e o outro seria a privação da sua liberdade, a partir da criação de um aparato jurídico-legal que nasce no seio dos interesses higienistas baseado em modelos de sociedade que interessavam somente as classes dominantes. Apoiado no fortalecimento de juizados específicos para crianças e adolescentes, fortalecimento da figura do Juiz e da figura do comissário de menor, além das casas de detenções e escolas correccionais que privavam tais sujeitos do seu convívio



social, a primeira política pública exclusivamente voltada para as crianças e adolescentes estava posta em prática, buscando a legitimação a partir da violência, medo e pela força.

Nessa linha, o código vai se configurar principalmente como uma medida de vigilância que deveria ser aplicada a crianças e adolescentes abandonadas e em situação vista como “delinquência”, visto isso, é compreensível o motivo do termo “menor”, carregar símbolos e significados ligados a negatividade e a violência, o que influi na configuração do imaginário social referente as políticas públicas para esse recorte específico, pois a nomenclatura foi construída pautada na restrição de forma realmente repressiva que subverte o termo menor para algo além da menoridade.

A cidade do Recife fez parte de todo esse cenário nacional que envolvia o “problema do menor”, o historiador Humberto Miranda (2008), aborda em sua dissertação, que a criação do Juizado de Menores foi um aspecto que descortinou muitos dos problemas sociais vivenciados pelas crianças da cidade, porém, o eixo condutor das ações era bastante excludente.

O discurso construído acerca da criação do Juizado de Menores e das suas funções atribuídas no Código de Menores, foi permeado do sentimento de controle e coerção sobre o cotidiano dos meninos e meninas que viviam no mundo da desvalia, do abandono e da criminalidade. 54 Não podemos deixar de registrar que foi sendo fomentado um discurso no qual apontava do Juiz de Menores como a autoridade responsável pelo “destino” dos casos judiciais que envolviam as crianças e jovens. (MIRANDA, 2008, p. 45)

Em meio a essas mudanças urbanas, sociais e jurídicas, o Recife fomentou a exclusão das famílias empobrecidas do seu espaço urbano, seja com a continuidade da destruição dos mocambos na década de 1940, como Zélia Gominho aponta, ou nos projetos seguintes de modernização, em que o trabalho da historiadora Geane Bezerra Cavalcanti (2017), aborda de forma muito construtiva as décadas de 1950 a 1980, apontando as formas que os moradores de periferia tiveram para resistir e sobreviver, frente aos ataques do poder público.

Inclusive, tais projetos de urbanização e reorganização do espaço público ocuparam grande parte das ações políticas, desde as construções de grandes avenidas, como as Avenidas Agamenon Magalhães e a Dantas Barreto, também na década de 1970, o qual segundo o historiador da cidade do Recife, Luís Manoel Domingues do



Nascimento (2014), era símbolo de uma cidade de capitalismo tardio, que sofria dos encaixos do desejo da modernização visando o lucro, em diálogo feito com Bernardes.

Para Nascimento, esse progresso era erigido sob os pilares da vigilância e do controle que permeavam a política nacional do período, assim, as especificidades construídas localmente na cidade dialogam diretamente com os valores empreendidos nacionalmente. Dessa forma, um traço importante que é percebido na década de 1970 vai se manter nos anos seguintes, com outras roupagens e formas de ações, mas o controle das populações mais pobres vai se manter. Segundo o historiador, o objetivo era:

Dotar a área central do Recife de um território passível de controle, de meios para efetivar uma sociabilidade vigiada, de mecanismos que pudessem operar a exclusão daquilo que consideravam pobreza e politização da vida urbana, dotando-a de espaços orientados às atividades consumistas e isentos dos aspectos indesejáveis comuns nas grandes cidades. (DOMINGUES, 2014, p. 138)

A violência, a exclusão e a pobreza se imbricam no cotidiano do cidadão recifense, a urbanidade é um espaço de selecionar o que deve e pode ser visto pelos transeuntes, a miséria e a fome são marcas que não valorizam o espaço e que evidenciam a falha do poder público quanto a seu papel. Com o passar dos anos, o avanço do capitalismo com novas formas de empreender seu poder na vida dos sujeitos, se materializa com a naturalização do que sempre foi negado.

Se na década de 1920 a saída para urbanidade era expulsar os moradores dos mocambos para os morros e ladeiras, se na década de 1940 isso se repete e em 1970 os projetos continuam a vapor, a partir da redemocratização isso vai perdendo o ímpeto. Os projetos neoliberais vão tomando outras formas, se remodelando com a perspectiva de teoricamente agregar os moradores dos bairros periféricos, não mais os excluí-los, ao menos em discursos e justificativas.

Se utilizando também dos discursos, teremos em 1979 a reformulação do Código de Menores, em que torna a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade, em um sujeito a ser institucionalizado por estar em *Situação Irregular*², o dito problema do

² A doutrina da situação irregular, foi prevista pelo Código de Menores de 1979. Nessa legislação as crianças de famílias mais pobres passam a serem alvos de intervenção estatal, fortalecendo os juizados de



menor ganha destaque nacional durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Segundo Miranda (2014), em sua tese, aponta que o projeto Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor é de 1964 e tem as características do governo militar, de cunho repressivo e com a naturalização do uso da força de maneira institucionalizada, sendo as Febem's as suas instâncias estaduais.

A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem. Anos depois, em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco Paulo Guerra inaugurava sua instância local, a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, Febem. Assim como em outros estados da Federação, a instituição passava a responder oficialmente, de acordo com a lei de criação, pelo atendimento a meninos e meninas que viviam em situação de “abandono”, de “desvalia” e/ou de “delinquentes”. (MIRANDA, 2014, p. 18)

A trajetória dessas políticas, aponta para um aprofundamento da exclusão e da criminalização das infâncias empobrecidas, traçando um caminho de institucionalização das crianças e adolescentes que viviam em situação de vulnerabilidade econômica, social e muitas vezes sendo justificado por meio de um discurso moralizador. Pernambuco e o Recife não ficaram dissociados das políticas nacionais, implementaram e comemoram tais “avanços”, destarte, esse debate historiográfico se torna relevante para refletirmos e tensionarmos como a cidade se edificou quanto a relação com seus infantes e adolescentes.

Recife do tempo presente: Estatuto da Criança e do Adolescente e suas permanências

A violação de direitos pode se manifestar em vários quesitos e práticas da vida cotidiana, contudo, um fator determinante para a realidade social vivenciada pelos sujeitos é a pobreza e o risco que é transversal a vida das crianças e adolescentes por conta do fator econômico. As desigualdades que acompanham as grandes cidades brasileiras e no caso específico, o Recife, é visto que quando transposto isso por idades, percebe-se

menores e seu poder de coerção. Para mais, ler o artigo 2º da referida legislação: BRASIL. Lei N. 6.697. Código de Menores. Brasília, 10 de outubro de 1979.



como essa pobreza atingiu um contingente alto de infantes na “Veneza brasileira”, tal qual Gominho ironicamente se refere.

Entretanto, é preciso pôr que a pobreza é uma situação social que ultrapassa os rendimentos e o acesso ao emprego, é relacionado ao acesso aos serviços, tanto quanto saúde, educação, segurança pública, saneamento, lazer, etc. Esses serviços se ligam diretamente ao bem-estar e ao conceito de cidadania que ainda será alvo de reflexões e discussões, no momento, as contribuições da cientista política Marta Arretche (2015), servem de mote para pensarmos como esse conceito de pobreza que será problematizado no trabalho, gestado durante o século XX e que atrelou as desigualdades não somente a renda dos indivíduos. Para Arretche:

Diferentemente, a cidadania havia sido concebida como o direito dos cidadãos a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, que lhes permitisse viver como seres civilizados conforme os padrões correntes na sociedade, de modo a expandirem suas liberdades reais. [...] Desse modo, o acesso a serviços sociais é uma dimensão do bem-estar distinta e não redutível aos rendimentos. (ARRETCHÉ, 2015, p. 193-194)

O conceito de pobreza e de não acesso a cidadania se imbricam, com proposições da Ciência política e da História estabelecendo diálogos. Se para Arretche, a cidadania é mais que um rendimento familiar e individual satisfatório nos moldes sociais de uma sociedade capitalista partindo de referenciais da sua área do conhecimento, do Serviço Social e da Economia, a historiografia brasileira pensada através de José Murilo de Carvalho (2002), referência quanto a construção da cidadania no Brasil, tem seus aspectos que caminham no mesmo sentido.

Carvalho (2002), afirma que a cidadania é composta e constituída por direitos assegurados em âmbitos e instâncias diferentes, e que sem a plena relação dos mesmos, tal cidadania é incompleta, se torna um processo do porvir, não devir, por não haver a seguridade que será alcançada. Assim, a redemocratização garante segundo o autor, o acesso a direitos políticos, questão que rompe a cultura autoritária de privilégios a determinados setores sociais, porém, a cidadania que é edificada por meio dos direitos econômicos, sociais e civis não foi alcançada, por não serem universalizados e garantidos para a população.



Os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (CARVALHO, 2002, p. 208)

Em vista disso, a cidadania como projeto de sociedade, deveria ser erigida sob alicerces da percepção que as desigualdades se manifestam de tantos modos, a ponto que o papel do Estado é atuar nesses aspectos, tanto nas questões civis, sociais, quanto nas econômicas. Destaca-se que essa desigualdade que constrói as relações no país, são de cunho regional e também racial, atingindo também as crianças e adolescentes brasileiras, em diálogo com a economista.

A partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Fundação João Pinheiro - FJP, é visto que entre 1991 e 2000, as crianças e adolescentes foram os sujeitos que mais ocuparam faixas de pobreza e miserabilidade no Brasil, contudo, sendo expostos a situações de violações contínuas de abuso e de negação.

Recife entre 1991 e 2000, reduziu em quase 10% a relação de pobreza entre os infantes, em números absolutos ainda se manteve alto o índice de pobreza, principalmente se pensarmos que a cidade foi a quarta pior capital do Nordeste para as crianças viverem quanto a pobreza, evidenciando que a relação de crescimento econômico e acesso a renda não são proporcionais, dado que Recife e Salvador já se configuravam com os maiores índices econômicos da região, com exceção ao acesso a emprego.

Tabela 1: índice de pobreza de crianças no Nordeste 1991 - 2000

CAPITAIS	1991	2000	VARIACÃO %
Teresina	60,15	51,67	-14,10
São Luís	53,41	50,60	-5,26
Fortaleza	51,67	46,00	-10,97
Recife	50,01	45,10	-9,82
Maceió	47,42	51,54	8,69



João Pessoa	46,49	38,37	-17,47
Salvador	46,29	43,42	-6,20
Aracajú	42,83	41,98	-1,98
Natal	42,11	41,78	-0,78
BRASIL	51,30	45,99	-10,35

Tabela 1: Índice de pobreza de crianças no nordeste 1991–2000. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2020.

Essa tabela expõe a situação de pobreza entre crianças no Nordeste, podendo ser vista até como uma melhora até a virada do milênio, porém, partindo dos dados do IBGE e do PNUD, é evidenciado que o número de crianças na cidade do Recife diminuiu de 224.670 mil para 204.670 mil, com redução na taxa de natalidade, de 2,29% para 1,81%, questão essa que pode ter contribuído para a redução, mas não sendo esse o único fator.

Recife e sua Região Metropolitana, tinha na década de 1990 dados preocupantes, assim como o Norte do país, ou seja, Carvalho quando afirma que a desigualdade social no Brasil é um aspecto dos fatores regionais, dialoga com o que é visto nos índices sociais oficiais. Os índices de pobreza, desemprego e menores rendas, se concentram no Nordeste, sempre acima da média nacional, isso desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e outros órgãos passaram a divulgar relatórios e pesquisas.

Pensando nas crianças e adolescentes, sujeitos do presente trabalho, tivemos no *Diário de Pernambuco*, em 12 de setembro de 1996, uma matéria sobre a mortalidade infantil que ainda se mantinha acima na média nacional, tanto em Pernambuco, quanto na Região Nordeste.

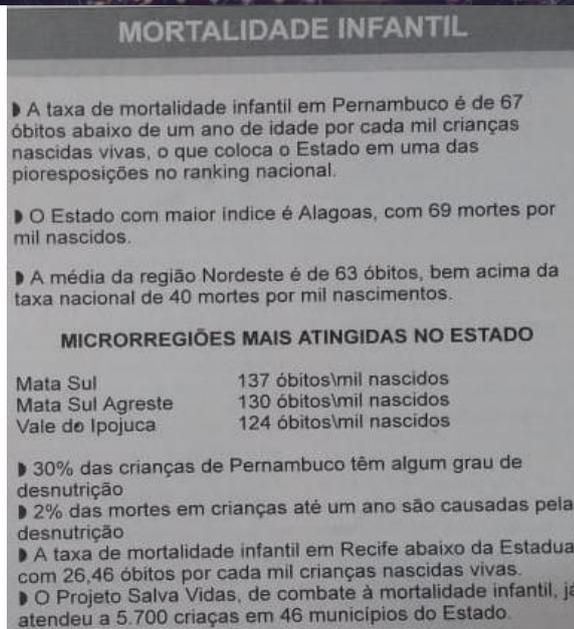


Figura 1: **Mortalidade infantil.** Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Mortalidade infantil. Recife, 31 de julho de 1996. APEJE

A imagem acima, foi acompanhada com uma matéria a qual expõe que o Recife em si, melhorava seus índices em comparativo a década anterior ao ponto de ser menor que a média do Estado e do Nordeste, mas sendo importante destacar que ser a capital de Pernambuco é um fator importante para alcançar essa redução, tendência inclusive de boa parte das capitais, deixando as cidades circunvizinhas ainda com taxas altas quanto a mortalidade infantil e havendo dentro da própria dinâmica da cidade, regiões que atingiam ainda números altos, sendo evidenciado pela fala da Técnica de Planejamento de Saúde da Prefeitura do Recife, Celeste Aida Moura de Souza Chagas, “*Dentro de um mesmo bairro as taxas variam muito. Em Casa Forte, por exemplo, os números são muito baixos, mas no bairro há favelas onde a situação é bem pior.*” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1996)

A desigualdade e a forma de experienciar e viver a cidadania pós o processo de redemocratização, entendendo o pós redemocratização como espaço temporal após a constituição de 1988, é fator que deve ser pensada em múltiplas instâncias, nos seus desequilíbrios e desarmonias entre as regiões do Brasil, entre os estados da região, dentro dos estados e no nosso caso, até a circularidade dentro da cidade, ou seja, em seus bairros e comunidades.



Para ler essa cidade, caminhamos até o momento por meio dos jornais, dados do IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e IPEA e a historiografia que aborda a cidade do Recife do século XX. Porém, para problematizar e possibilitar uma cartografia da capital, o *Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife*, será uma ferramenta importante, desenvolvido em parceria do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, a Fundação João Pinheiro com o Governo de Minas Gerais e com apoio do PNUD Brasil. O projeto foi gestado em 2001 por ação do então prefeito do Recife, João Paulo, finalizando-o em 2005 com a publicação de artigos, dados e um *software* que permite o cruzamento de dados acerca de vários âmbitos sociais.

Desse modo, metodologicamente, o *Software* proporciona que acessemos a cidade por meio de suas RPA'S³, ZEIS⁴ e conseqüentemente todos os seus bairros. Possibilitando uma observação a respeito da população do Recife e seus modos de ocupação da cidade, acesso a cidadania e a sua negação, lendo as desigualdades territoriais⁵, que Arretche (2015) afirma ter aumentado exponencialmente entre 1970 e 2010.

A desigualdade para além da renda, pode ser visibilizada por indicadores como expectativa de vida, índice de mortalidade infantil, número de moradores em ZEIS e áreas pobres, acesso a saúde, saneamento, nível educacional, entre outros. Pensando a partir da compreensão de cidadania, tanto de Arretche, quanto de Carvalho, nos propomos a analisar a cidade em sua complexidade, construindo tabelas e gráficos que problematizem a década de 1990 e sua transição para o Século XXI, pensando assim, como as crianças e adolescentes estavam vivenciando esse espaço temporal, a partir dos seus bairros e comunidades.

Um bairro que está presente ainda hoje no imaginário popular quando se pensa violência urbana e pobreza, é a Ilha de Joana Bezerra e o Coque, comunidade que integra

³ A Cidade é dividida em seis Regiões Político-Administrativas, as quais serão discutidas em posterior capítulo.

⁴ As Zonas Especiais de Interesse Social, foram criadas em 1983, através da Lei Ordinária 14.511/83. Até os dias presentes, essas zonas foram modificadas com o reconhecimento de outras regiões e sendo definidas como áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda e também áreas de Programas Habitacionais de Interesse Social. Para ver mais, acessar o Plano Diretor da Cidade do Recife.

⁵ A autora se refere as regiões Norte e Nordeste passarem a concentrar cada vez mais pobres em detrimento das demais regiões brasileiras, assim, transpasso essa conceituação para a leitura dentro da capital pernambucana.



o conjunto da Ilha de Joana Bezerra e de São José, a qual tem outra comunidade que tem sua identidade negativa sempre reforçada pelos noticiários, o bairro dos Coelho, fortemente marcado pela violência e estigmatizado, principalmente por se localizar em uma região central da cidade. Com isso, abaixo seguem duas tabelas com dados acerca desses bairros do Recife, sendo contraposto com os bairros que tem os melhores índices de desenvolvimento humano da RPA 1, a Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu.

Tabela 2: Crianças e adolescentes dos Bairros de Joana Bezerra e São José

ILHA DE JOANA BEZERRA E SÃO JOSÉ	1991	2000
POPULAÇÃO TOTAL	13.826	16.013
POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS	5.726	5.833
MORTALIDADE ATÉ 5 ANOS⁶	90,5	72,2
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	60,0	63,5
FREQUENTANDO A ESCOLA (7-14 ANOS)	72,3	93,4

Tabela 2: Perfil Sócio Econômico dos Bairros de Joana Bezerra e São José. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2020.

Segue abaixo a tabela 3, tratando dos bairros notadamente mais privilegiados:

Tabela 3: Crianças e adolescentes dos Bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu

BOA VISTA, ILHA DO LEITE E PAISSANDU	1991	2000
POPULAÇÃO TOTAL	18.845	15.523
POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS	3.553	2.340
MORTALIDADE ATÉ 5 ANOS⁷	24,0	19,9
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	74,7	76,1
FREQUENTANDO A ESCOLA (7-14 ANOS)	93,2	98,3

⁶ Proporção por 1000 nascidos vivos.

⁷ Proporção por 1000 nascidos vivos.



Tabela 3: Perfil Sócio Econômico dos Bairros de Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu. Fonte: RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005. Software. Tabela produzida pelo autor, 2020

Alguns dados indicam como os anos de 1990 proporcionaram um acesso escolar maior aos infantes oriundos de famílias pobres e que vivenciaram espaços de vulnerabilidade, números que indicam que em 2000 as crianças e adolescente entre 7 e 14 anos de idade dos bairros de Ilha de Joana Bezerra e São José alcançaram a proporção que em 1991, Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu já tinham, chegando em 2000 com o número quase que universalizado o acesso ao ensino básico, esse aspecto foi o principal para o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos bairros mais pobres aumentasse significativamente, pois foi exponencial o aumento de número de crianças matriculadas nas escolas.

Para além desse fator, a mortalidade e o número de pobres são discrepantes nas regiões vizinhas, a fronteira invisível dos bairros, segregava as chances das crianças passarem dos 5 anos de vida, assim como os moradores da parte mais privilegiada tinham muito mais indicativos que seus filhos e filhas teriam uma vida mais digna e de vitalidade, dado que tanto a mortalidade infantil era muito menor, como a expectativa de vida era quase 15 anos a mais que os bairros mais pobres.

As crianças dos bairros mais vulneráveis, enfrentavam índices muito acima da média nacional e estadual de mortalidade infantil, o medo das famílias perderem suas crianças era real, dado que de 1000 crianças nascidas 90 vinham a óbito, sendo reduzido para pouco mais de 70 no ano 2000, o que indica um avanço, ainda que pequeno naquele momento, mas significativo.

Considerações finais

Esses dados e debates acima mobilizados, proporcionam pensarmos como uma legislação mais humanizada, que reconheça as crianças e adolescentes como prioridade absoluta, pode ser uma ferramenta de mudança social, sendo implementadas políticas públicas que efetivem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, o período de redemocratização, dado a perspectiva da década de 1990, representa um momento de



busca por estabilidade dos processos democráticos, sendo marcado por avanço do neoliberalismo e de disputas nas políticas sociais previstas na constituição e no Estatuto, ocasionando atrasos em implantação de programas sociais e de fomento ao acesso a cidadania.

Contudo, pensamos a cidade como parte de um cenário político, econômico e social que não necessariamente era somente local, porém, as especificidades foram debatidas no decorrer do trabalho, foram aspectos marcantes para a relação que a cidade estabeleceu com as crianças e adolescentes e consequente a isso, a forma como o Estatuto modificou a dinâmica social e a realidade desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2015.

BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2º Ed., Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955 – 1988)**, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História. Recife: UFRPE, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DIARIO DE PERNAMBUCO, **Mortalidade Infantil no Estado ainda supera a Média Nacional**. Recife, 1996. APEJE.



GOMINHO, Z. O. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Entre ruas e praças: a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1980)**. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

_____. **Meninos, moleques, menores... Faces da infância no Recife 1927-1937**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Recife: UFRPE, 2008.

NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **Recife: Uma capital do Nordeste no capitalismo tardio**. Revista História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014.

RECIFE, Prefeitura et al. **Desenvolvimento Humano no Recife: Atlas municipal**. Recife, 2005. Software.

TEIXEIRA, Flávio W. **As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século**. 1994. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 1994. P. 54.